

## Editorial

O volume oitavo, número dois do ano de 2014 da Revista Virtual Direito Brasil, pretende compartilhar com a comunidade acadêmica, uma coletânea de textos que apresenta uma análise científica de variados temas atuais da sociedade contemporânea. Dentre eles, destaca-se: A Proporcionalidade em Robert Alexy e o Ativismo Judicial no Estado Democrático Brasileiro; As Agências Reguladoras e o Serviço Público de Saneamento Básico à Luz da Lei nº 11.447/07; O Centenário do Genocídio Armênio: Direito a Memória e ao Reconhecimento; As Origens do Genocídio no Camboja, o Tribunal Penal Internacional e os Casos Duch, Chea e Samphan; Aspectos Históricos da Aviação Civil Brasileira e O Contrato de Troca ou Permuta no Código Civil.

No primeiro texto *Camila Antunes Notaro* nossa convidada escreve sobre A Proporcionalidade em Robert Alexy e o Ativismo Judicial no Estado Democrático Brasileiro, dizendo que a conquista da normatividade dos princípios após a Constituição da República de 1988 acarreta, muitas vezes, um conflito entre eles. Assevera a professora que cabe ao julgador buscar a implementação desses, o que requer a atividade de ponderação, ancorada na regra da proporcionalidade. Explica que por meio do método dedutivo de abordagem, o presente estudo aborda a relação existente entre a utilização da proporcionalidade pelo aplicador do direito e o fenômeno do ativismo judicial. Para tanto, buscou apoio em doutrinas da filosofia do direito e do direito constitucional. Ao final, após a utilização das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, conclui que há um uso indistinto da regra da proporcionalidade, que ao ser empregada sem o devido rigor metodológico que lhe é inerente, acaba por servir de fundamento a decisões partidarizadas, que apenas expressam a opinião pessoal do julgador, propondo assim, que a proporcionalidade seja utilizada como técnica argumentativa e não como ideia genérica.

O segundo texto também de *Camila Antunes Notaro* aborda As Agências Reguladoras e o Serviço Público de Saneamento Básico à Luz da Lei nº 11.447/07. Diz a autora que o saneamento básico, serviço público essencial às condições de vida digna, deve ser prestado de forma a atender a toda a população e que dentro de uma concepção ativa do Estado Democrático de Direito, esse deve implementar políticas públicas que garantam a efetivação desse serviço. Enfatiza em seu trabalho que considerando-se os grandes investimentos que o setor sanitário requer, a delegação de sua prestação a entidades não integrantes da Administração é um importante instrumento para a eficiência do serviço

prestado. Nesse panorama, de acordo com as diretrizes instituídas pela Lei nº 11.445/07, encontram-se as Agências Reguladoras, responsáveis pela regulação e fiscalização do serviço concedido. Por fim, estabelece que o objetivo do presente trabalho foi identificar os pontos mais relevantes da atuação dessas entidades bem como seu papel na efetivação do direito ao saneamento. O trabalho foi realizado a partir da coleta de dados, material bibliográfico e documental, utilizando-se o método dedutivo de pesquisa e análise de conteúdo como técnica de investigação. Assim, trata-se de pesquisa bibliográfica, de cunho teórico, cujos campos de estudo foram o Direito Constitucional e o Direito Administrativo.

Na sequência o *Prof. Fernando Silveira Melo Plentz Miranda* apresenta o artigo O Centenário do Genocídio Armênio: Direito a Memória e ao Reconhecimento. Este estudo teve por objetivo examinar os elementos que motivaram o genocídio do povo armênio, a partir de 1915, pelo Império Otomano durante a Primeira Guerra Mundial, as suas consequências, bem como realizar uma análise da necessidade de se preservar a memória destes eventos como também o reconhecimento pelos Estados contemporâneos do genocídio ocorrido.

O quarto artigo intitulado As Origens do Genocídio no Camboja, o Tribunal Penal Internacional e os Casos Duch, Chea e Samphan, também foi uma colaboração do *Prof. Fernando Silveira Melo Plentz Miranda*. Este estudo teve por objetivo examinar as origens que levaram a ascensão ao poder no Camboja do grupo denominado Khmer Vermelho bem como o genocídio ocorrido em território cambojano no período do Kampuchea Democrático, como também a instalação do Tribunal Penal Internacional no Camboja e os seus julgamentos.

Na sequência a *Profa. Maria Bernadete Miranda* apresenta o artigo intitulado Aspectos Históricos da Aviação Civil Brasileira. Este estudo teve por objetivo examinar o histórico da aviação civil no Brasil e toda a trajetória das empresas Vasp, Varig e Azul.

No sexto artigo a *Profa. Maria Bernadete Miranda* trata de um tema histórico e interessante intitulado O Contrato de Troca ou Permuta no Código Civil. Destaca a autora inicialmente o histórico referente ao contrato de troca e permuta, ou seja, como tudo começou através do escambo, passando posteriormente pelo surgimento da moeda até chegar aos dias atuais e a sua normatização pelo Código Civil de 2002.

As Palestras proferidas pela *Prof<sup>a</sup> Maria Bernadete Miranda*, são slides de apresentações no *power point* em forma de aulas, sobre diversos temas. Dentre eles, vale destacar As Tecnologias do Século XXI e a Duplicata Virtual e Operações de Câmbio.

Além dos Artigos e Palestras esta coletânea apresenta Ensaio de autoria da Prof<sup>a</sup> *Maria Bernadete Miranda*, dentre eles destaca-se: Redesconto Bancário e Desconto Bancário.

A coletânea apresenta os resultados das pesquisas científicas realizadas pela Prof<sup>a</sup> *Maria Bernadete Miranda*, juntamente com colegas do curso da graduação e da pós-graduação que, nesta parceria, legitimam a relevância dos movimentos de integração acadêmica para o desenvolvimento científico.

*Prof<sup>a</sup> Msc. Maria Bernadete Miranda*